

# LUTAS POLÍTICAS, MEMÓRIAS E ACONTECIMENTOS: A MEMORIALIZAÇÃO DA ESCRavidÃO E DO TRÁFICO DE AFRICANOS EM DIFERENTES LUGARES DO MUNDO

 *Lucília Santos Siqueira*<sup>1,2</sup>

Resenha de ARAUJO, Ana Lucia. *Slavery in the Age of Memory: Engaging the Past*. London/New York. Bloomsbury Academic, 2021.

**E**m fevereiro de 2020, perto da capital dos Estados Unidos da América, visitando a *plantation* Mount Vernon - que pertenceu a George Washington -, a historiadora Ana Lucia Araujo encontrou à venda um ímã de geladeira que reproduzia uma dentadura do ex-presidente feita com dentes de escravizados. Fez disso um elemento da análise sobre como a *plantation* apresenta seu passado escravista; contrapõe o prosaico objeto ao fato de a propriedade realçar a face de “senhor benevolente” de George Washington ao mostrar como ele deixou manifesta no testamento a vontade de libertar seus escravos. O esdrúxulo da dentadura num ímã de geladeira – que consiste em grave ofensa aos cativos e seus descendentes – e a libertação dos escravos em testamento poderiam render muita reflexão sobre as práticas escravistas; aqui, no entanto, são amostra das

1 Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos – São Paulo – Brasil.

2 Doutora em História Social pela USP e Professora Associada da Unifesp, no Curso de História e no ProfHistória - Mestrado Profissional de Formação de Professores. Atua no campo do patrimônio cultural e da memória, dedicando-se principalmente ao período cafeeiro paulista.

minúcias da análise de Ana Lucia Araujo no livro *Slavery in the Age of Memory: Engaging the Past*, publicado meses depois de esta professora da Howard University ter se espantado com aquele artefato à venda.

É crescente a velocidade com que se sucedem episódios de conflito e de memorialização em torno da escravidão e do tráfico de africanos, mas Ana Lucia Araujo é ágil. A atualidade dos acontecimentos mobilizados no livro admira o leitor. A lojinha em Mount Vernon foi visitada em fevereiro de 2020, mas a autora examina muitos outros fatos recentes, como a discussão da troca de nome de um mercado construído no século XVIII em Boston (p.91-93) e as iniciativas oficiais de memorialização da escravidão na França (p.66).

*Slavery in the Age of Memory* é atual, variado e amplo. Constitui-se de seis capítulos que tratam de diferentes objetos, abordagens e regiões do mundo. *Weaving Collective Memory, Shrines of Cultural Memory, Battles of Public Memory, Setting Slavery in the Museum, Memory and Public History* e *Art of Memory*, nos quais são arregimentados conhecimentos de naturezas diversas, como historiografia, estudos mais teóricos sobre memória social, exposições museais, manifestações públicas e debates políticos, notícias de jornal, obras de arte, guias e folhetos de museu etc. A partir desse conjunto a autora escreve com clareza, engajamento lúcido e rigor informativo.

No primeiro capítulo a abordagem é a da memória coletiva de Halbwachs e o objeto são memórias de famílias de descendentes de traficantes e proprietários de escravos, como os de Thomas Jefferson nos Estados Unidos e de Francisco Félix de Souza no Benin, assuntos estudados pela historiadora e presentes em suas publicações. Mais interessante é a análise da memória do tráfico e da escravidão recuperada em décadas recentes por duas famílias norte-americanas, uma do Sul e outra do Norte, Ball e De Wolf. Para brasileiros que permanecem silenciosos quanto aos nomes daqueles que protagonizavam o negócio do tráfico africano e possuíam os grandes plantéis de cativos, impressiona a iniciativa dessas famílias norte-americanas – na primeira fez-se um livro e na segunda filmou-se um documentário. Impressiona o medo de algumas pessoas de se reconhecerem como herdeiras dos grandes escravagistas e impressionam os traços comuns

extraídos por Araujo dessas memórias familiares, a continuidade da ideia de que seus ancestrais não foram como os demais escravistas, já que no seu caso se tratava de bons senhores; e as marcas das diferenças sociais, raciais e de gênero entre os parentes, pois os menos favorecidos tendem a ser mais críticos, os brancos veem o passado diferentemente dos negros e as mulheres diferentemente dos homens.

No segundo capítulo, o objeto central é o «*wall of names*», painéis ou muros com listas de nomes de escravizados onde se monumentalizaram as sepulturas, onde se homenageiam os que morreram na escravidão e no tráfico. Sob o enfoque da memória cultural, inspirada em autores como Jan Assmann, Ira Berlin e Michael Rothberg, a historiadora reconhece a herança da memória do holocausto judaico e discute em que medida tais listas honram os escravos e seus descendentes, se não se constituem em espelhamento dos escravizados como aparecem nos documentos oficiais, listados como mercadoria e propriedade, despossados de seus nomes africanos. É importante o fato de esses lugares ligados à morte receberem regularmente manifestações de afrodescendentes, pois tais «*walls of names*» podem ser considerados pelos descendentes dos escravizados uma boa forma de homenagem ou podem perpetuar uma visão supremacista. Entre os lugares por que passa o capítulo estão a Whitney Plantation, na Louisiana, o African Burial Ground, em Nova York, o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, e outros memoriais que homenageiam vítimas de tragédias genocidas.

O capítulo 3 amplia a escala de análise, pois discute a memória da escravidão em cidades ligadas às atividades escravistas, principalmente em Bristol e Liverpool, portos ingleses do tráfico africano. Os acontecimentos analisados referem-se a monumentos públicos, nomes de logradouros e grandes exposições museais dedicadas ao tráfico e à escravidão de africanos. Até os anos de 1990, o que vinha à tona quanto ao vínculo das cidades britânicas com a escravidão era o terem atuado em favor do final do tráfico e do abolicionismo; o investimento comemorativo inglês se fazia nessa direção, em vez de honrar as vítimas, enfatizava-se a agência dos brancos abolicionistas. Examinando no cenário público as lutas desde os anos de 1990, documentando a

atuação de diferentes grupos e das autoridades, Araujo aponta que a principal demanda nessas batalhas é o reconhecimento de que a cidade se desenvolveu às custas da riqueza gerada pelo tráfico, para que isso se torne oficial e visível no espaço urbano. O cenário é complexo e a autora não se restringe às notícias de jornal e aos casos mais discutidos, como aqueles dos monumentos celebrando benfeitores, para os quais a população negra local clama que sejam explicitamente relacionados ao tráfico de escravos ou à manutenção da escravidão.

Enquanto a autora terminava o livro, em maio de 2020 o negro George Floyd foi violentamente morto por um policial branco em Minnesota, causando manifestações em várias cidades do mundo; na Carolina do Sul, derrubou-se um monumento que homenageava o escravista Calhoun; em Bristol, a estátua do traficante Colston foi jogada no rio. Embora a historiadora não alcance esses episódios da metade de 2020, algumas vezes no livro deixa expressa sua opinião de que os monumentos que homenageiam escravistas deveriam ser derrubados.<sup>3</sup> Segundo ela, a eliminação de tais monumentos não é o apagamento da história, que permanece em livros, jornais, leis e outros tipos de documento que nos ficam do passado; tais monumentos são memória, foram construídos como memória e por isso prescindimos deles. Reconhece que pode haver casos em que as intervenções em monumentos sejam mais defensáveis do que sua derrubada; mas acredita que quando há debates alongados por anos e discussões já agudizadas, o mais indicado é a eliminação.

Araujo tem posição, mas não abre mão do exame detido dos problemas, das nuances que permitem ver além das polarizações. Ao tratar das continuidades que facultam aos movimentos sociais se identificarem com grupos do passado, a historiadora estabelece balizas e indica fragilidades históricas; é o que aponta entre aqueles que se consideram hoje herdeiros das lutas dos Confederados. Ao mesmo

---

<sup>3</sup> Por ocasião do lançamento do livro, Ana Lucia Araujo concedeu uma entrevista ao *Slaveryarchive Book Club* na qual trata, entre outros assuntos, de sua posição acerca dos monumentos contestados. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=wRtXrVl-k-M](http://www.youtube.com/watch?v=wRtXrVl-k-M). Acesso em: 11/março/2021.

tempo, reconhece o valor político de certas identificações construídas sem conexão com o passado, como os britânicos negros chegados depois do período colonial, que se implicam na história da escravidão em prol da luta contra o racismo e as desigualdades raciais.

Araujo afirma que o exame das lutas políticas em torno da memória da escravidão e do tráfico de africanos mostra que os conflitos são sobretudo em torno dos legados do tráfico e da escravidão que continuam operando no presente, reproduzindo desigualdades raciais; raras são as ocasiões em que o problema central é o entendimento sobre o que ou como se passou. Segundo ela, a supremacia branca e o racismo continuam exercendo grande papel na maneira de mostrar o passado escravista em vários lugares do mundo.

Nos capítulos 4 e 5 encontram-se as análises sobre o conhecimento nascido entre especialistas e veiculado para o público em geral, mais na perspectiva da história *pública*. No 4, são examinados os museus de Nantes e da Aquitânia, na França, o Museu Internacional da Escravidão, em Liverpool, e o Museu Nacional de História e Cultura Afroamericana, em Washington.<sup>4</sup> No quinto capítulo, os objetos são *as propriedades rurais* escravistas de Thomas Jefferson e George Washington. Monticello e Mount Vernon. Tanto no capítulo 4 como no 5 os conteúdos veiculados nesses lugares são sobretudo resultado do trabalho de historiadores e, apesar disso, podem promover a vitimização ou o ocultamento dos africanos escravizados e o protagonismo dos brancos.

Mais pra memória do que pra história, ou ao revés, com visões mais e menos progressistas, o perigoso nessas instituições, a autora alerta, é a transitoriedade dos roteiros e das exposições – de longa ou curta duração –, que não constituem toda a política institucional e tampouco garantem que os ganhos de abordagem permaneçam. Chegando mais perto, além do que a instituição veicula em texto, a

---

4 Em maio de 2021, foi lançado novo livro dedicado exclusivamente aos museus. ARAUJO, Ana Lucia. *Museums and Atlantic Slavery*. London/New York. Routledge, 2021.

pesquisadora detecta as ênfases e a maneira de falar dos mediadores, pessoas negras ou brancas.

Embora em nenhuma das instituições a professora analise como o público recebeu os conteúdos, ela é perspicaz na observação do tempo gasto em cada visita para tratar dos cativos, das prováveis decorrências do uso do celular pelo visitante, da sazonalidade que se atribuem aos roteiros e exposições dedicados à escravidão ou ao tráfico. Ao cabo, é certeira no diagnóstico. “Contar a história da escravidão para plateias populares nos lugares que são símbolos da supremacia branca permanece um grande desafio.” (p.157) O remédio é baixar os valores cobrados no ingresso, aumentar o número de visitantes afrodescendentes e melhorar o diálogo com os mesmos, e buscar cada vez mais a empatia dos visitantes brancos pelas narrativas de sofrimento dos escravizados. Nada disso depende exclusivamente da história dos especialistas ou da memória; é tarefa dos muitos agentes envolvidos e em diálogo permanente.

No capítulo 6 os objetos são obras de arte contemporânea realizadas no Brasil, no Benim, na França e nos Estados Unidos.<sup>5</sup> Trata-se de esculturas, fotografias, pinturas e instalações que obtiveram notoriedade e relativa consagração, sendo que algumas foram apropriadas por grupos locais e recebem intervenções frequentes. Araujo toma as obras de arte como vetores e resultados da luta contra as desigualdades raciais e o racismo; trata-as como dispositivos que, por conectados com outras esferas sociais, têm potência para abrigar sentidos genuínos e valiosos. Neste capítulo 6, no qual são examinadas as obras de Rosana Paulino, Cyprien Tokoudagba, Romuald Hazoumè, William-Adjété Wilson, François Piquet e Nona Faustine, notamos ainda mais a carência de imagens melhores e coloridas. No exemplar em papel e sem capa dura de que disponho, as fotografias

---

5 Segundo seu *site*, a autora prepara mais duas publicações. *Humans in Shackles: An Atlantic History of Slavery in the Americas* e *The Gift: How Objects of Prestige Shaped the Atlantic Slave Trade and Colonialism*. Neste, a pesquisadora também examinará artefatos, embora de outra natureza; trata-se de objetos preciosos que circularam nos fluxos do tráfico atlântico, analisados nos seus aspectos formais e simbólicos.

em preto e branco, em resolução e tamanho insuficientes, impedem acompanhar a análise pormenorizada de Ana Lucia Araujo a partir de obras de arte, recintos de museus, monumentos públicos e painéis. A busca de imagens na *internet* traz melhor entendimento dos materiais, técnicas e proporções de ambientes ou artefatos; afinal, os objetos memoriais sob análise neste livro têm dimensão material, aqui não se examinam canções, literatura ou cinema. Um esforço de tal envergadura por parte da autora merecia uma colorida coleção de imagens em boa qualidade. Em compensação, um ponto alto do livro é o índice onomástico, que facilita transitar entre tantos lugares, períodos, acontecimentos e personagens.

A obra traz uma boa combinação de memória e história. Como a autora mesma afirmou sobre o livro, o fato de ser historiadora do tráfico e da escravidão não apenas lhe permitiu incorporar resultados de sua investigação, mas ajudou na análise da memorialização. Reuniu neste livro os resultados de pesquisas, debates e viagens que realizou trabalhando como historiadora. Ele se constituiu a partir de diversos conhecimentos e agentes e é destinado a leitores diversos, pretende ultrapassar o universo acadêmico e chegar aos profissionais que trabalham nos lugares de memória, sem falar nas pessoas que atuam em movimentos sociais.

Dessa maneira, pode parecer que o livro é insuficiente para historiadores; mas para se ter uma ideia do seu caráter historiográfico basta ver que, para 180 páginas dedicadas aos capítulos propriamente ditos, há no final 50 páginas para as notas e referências. Além disso, para cada escravista cuja memória é discutida, a historiadora constrói uma biografia concisa, com acontecimentos que permitem entender a origem e a atuação do sujeito como mercador e/ou proprietário de escravos; onde nasceu, a família em que se inseria, como se tornou proprietário e iniciou seus negócios - se herdou ou comprou terras e escravos -, a quais culturas se dedicava nas *plantations*, se possuía embarcações e em quais redes de comércio estas trafegavam; e o mesmo é realizado para apresentar movimentos de negros organizados, cidades, museus, monumentos, exposições, artistas etc., com fartas referências a pesquisadores. Essas apresentações são precisas e obje-



tivas; os elementos elencados são os necessários para sustentar com base na história a abordagem que busca vê-los no contrapelo ou nos meandros da memorialização.

Com temas e objetos específicos, os capítulos são autônomos e não requerem leitura em sequência. Em cada capítulo apresenta-se a conjuntura imediata, como as iniciativas de musealização das casas dos presidentes dos Estados Unidos ainda no século XIX, os massacres perpetrados por supremacistas norte-americanos na década passada, os episódios de violência policial contra negros em várias partes do mundo etc. Mas há um contexto mundial no qual a historiadora insere o início e o desenvolvimento das ações de memorialização da escravidão e do tráfico. primeiramente, o período posterior à Segunda Guerra Mundial, com a descolonização da África e do Caribe e com o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Em seguida, o fim da Guerra Fria, quando movimentos sociais deram visibilidade a grupos anteriormente excluídos e quando as organizações de afro-descendentes se conectaram internacionalmente. A essa moldura junta-se a mundialização da memória do Holocausto judaico como abertura para outras memórias difíceis.

Uma boa reflexão histórica sobre memória, como a operada por Araujo, deve ser capaz de distinguir para o leitor o que é acontecimento (na medida do que é possível reconstituí-lo por meio de vestígios documentais), o que é construção memorial a partir desse acontecimento, o que é luta política em torno do ocorrido e, o mais difícil, deve tratar cada um desses planos como representação e como construção, onde há espaços de intersecção. Sutilmente é preciso desembaraçar os elementos e mostrar, na memória, quanto há de acontecimento; na luta política, quanto há de acontecimento e de memória; no acontecimento, quanto há de memória; na construção do acontecimento, quanto há de luta política; e assim por diante. A isso se somem as dificuldades de tratar da escravidão, sobre a qual há vastíssima historiografia e cuja memória ecoa as iniquidades perpetradas sobre milhões de pessoas. Adicionem-se ainda os muitos períodos e lugares abarcados neste livro e teremos uma dimensão do valor do *Slavery in the Age of Memory*.



Para defender sua leitura e reclamar uma tradução, aos méritos do livro acrescento a urgência de memorializarmos a escravidão e o tráfico entre nós. No Brasil, em muitos dos lugares onde passou e trabalhou a gente escravizada, o que predomina é apontar que as iniciativas abolicionistas se deram antes do 13 de maio; também é recorrente a versão do bom senhor, ostentando como prova a exceção de poucos ex-escravos que permaneceram junto à família senhorial. Tudo isso é semelhante ao que Ana Lucia Araujo apontou nas dezenas de casos que examinou. É lembrar da escravidão pela agência de pessoas brancas.

## Referências

ARAUJO, Ana Lucia. *Slavery in the Age of Memory: Engaging the Past*. London/New York. Bloomsbury Academic, 2021.

ARAUJO, Ana Lucia. *Museums and Atlantic Slavery*. London/New York. Routledge, 2021.

Recebido em 12/08/2021 – Aprovado em 18/11/2021